

**ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO CT-EI/CIF**

No primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas e quinze minutos, no Hotel Golden Tulip Porto Vitória, na avenida Nossa Senhora dos Navegantes, nº 645 – Enseada do Suá em Vitória/ES, teve início a 35ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Economia e Inovação, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. Verificado o quórum de instalação (lista de presença anexa), o coordenador, sr. André Serretti, cumprimentou a todos e, após rodada de apresentação deu início aos trabalhos da 36ª reunião ordinária com participação dos membros da CT-EI, comissão de atingidos, Fundação Renova e convidados como detalhado a seguir.

<b>Item 1. Informes Gerais</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>Inclusão de item de Pauta:</b> Solicitação do secretariado para criação do grupo de WhatsApp para informes entre os membros da CT.	André Serretti frisou que toda solicitação no âmbito da coordenação deve continuar pelo e-mail: <a href="mailto:ctei@desenvolvimento.mg.gov.br">ctei@desenvolvimento.mg.gov.br</a> , e que o grupo não poderá ser usado para outra função senão para comunicação acerca de custeio e demais informações que podem ser respondidas pelo secretariado.
<b>Encaminhamento E.35.1</b>	<b>O secretariado deverá criar um grupo de WhatsApp e incluirá os membros que manifestarem interesse.</b>
<b>Inclusão de item de Pauta:</b> Solicitação da assessoria técnica, Centro Rosa Fortini, sobre a participação dos atingidos nas discussões do GT-AGROPEC.	A coordenação ponderou que, não havendo impedimentos, a participação dos atingidos está garantida, respeitando a pauta, a manifestação de interesse de participação deve ser enviada por e-mail direto à coordenação.
<b>Item 1.a:</b> Encaminhamento ao CIF das NTs 69 e 70, com minuta de deliberação pela aprovação, com ressalvas, das definições do PG 15.	O representante da FAPES ponderou que a NT foi elaborada em conjunto com a FAPEMIG. A coordenação informou que será encaminhada para apresentação e deliberação na próxima reunião ordinária do CIF.
<b>Item 1.b:</b> Indicação dos novos representantes da Prefeitura de Governador Valadares, conforme ofício 345/2019/GAB/PREF.	A coordenação informou que ofício chegou, e que, posteriormente, houve a comunicação que um dos indicados não mais exerce cargo administrativo no município e por essa razão não pôde assumir a titularidade da representação. Assim, aguarda nova indicação da prefeitura. Ainda, a suplência tem a indicação do sr. Luiz Almeida Campos.
<b>Item 1.c:</b> Indicação dos novos representantes da Prefeitura de Mariana, conforme ofício 137/GAB/2019/PMM.	A coordenação informou que Mariana indicou novos representantes: Titular 1: Wander Moreira Alves, Titular 2: Antônio Mauro Carneiro Gomes e, Suplente: Carolina Vasconcelos.
<b>Item 1.d:</b> Atualização dos representantes indicados pelo MPF, com indicação de novo membro suplente: Sr. Ronan Cunha (FGV), conforme Ofício 6554/2019/PRMG.	Conforme ofício, representantes do Ministério Público Federal: Titular, pela RAMBOLL, sr. André Cintra; Suplência, pela FGV, sr. Ronan Cunha.
<b>Item 1.e:</b> Solicitação de vaga na CTEI para representante da Prefeitura de Resplendor-MG, conforme ofício 320/2019/GAB/PREF.	A coordenação ponderou que tendo em vista que não há nenhum impedimento e que a solicitação seguiu o protocolo, informou que a srª Marília Pelegrini das Chagas Viana é oficialmente membro da CT-EI.
<b>Item 1.f:</b> Indicação dos representantes do MAPA, conforme ofício 828/2019/SE-MAPA.	Conforme ofício, o MAPA passa a ter três representações: Titulares: Mirna Lucia de Almeida Corrêa, Diógenes Lemainski e Cristiano Barcellos Rigodanzo; Suplentes: Ricardo Dutra Reis, Renato Silva Cardoso e Ana Cândida Pereira de Menezes.
<b>Inclusão de Item de Pauta:</b> Solicitação do secretariado sobre o controle de presença dos membros nas reuniões ordinárias da câmara.	A coordenação ponderou que nesse momento não será aplicada a regra de exclusão por falta de participação, uma vez que não há solicitação que ultrapasse a quantidade de 30 membros. Havendo, o controle será utilizado para garantir a participação dos interessados. Ainda, foi orientado que se deve comunicar ao órgão que o representante indicado não compareceu à reunião.
	O representante da prefeitura de Mariana fez um breve relato das demandas dos prefeitos. Sérgio Ferreira, representante da área de governança da Fundação Renova, relatou que houve deliberação quanto ao custeio e que ficou decidido que as prefeituras receberão repasses por meio de recursos compensatórios, e que em tratativas foi apresentada proposta orçamentária para fazer o gerenciamento em 36 meses, não se limitando a esse prazo. Houve questionamento do motivo pelo qual a demanda foi recepcionada pela CT-EI, a representante do MAPA informou que, em reunião no CIF, os membros

<p><b>Item 1.g:</b> Questão do “Escritório de Prefeitos” levantada na 41ª RO do CIF.</p>	<p>solicitaram trazer a discussão para a CT atendendo ao pedido dos prefeitos. Ressaltaram que há deliberação, mas não foram determinados critérios. A coordenação perguntou qual o papel da CT nesse cenário em resposta, o representante da RAMBOLL, declarou que essa solicitação veio direto das prefeituras por terem necessidade de “caminhar” com a discussão, que se arrasta por mais de um ano, e os custos com as despesas não estão sendo suportadas pelo orçamento público. A coordenação informou que recebeu ofício dos prefeitos e fez leitura do conteúdo. Sobre a utilização do fundo dos recursos para contratação de pessoal, o representante da FR ponderou que os recursos compensatórios só podem ser utilizados mediante aprovação do CIF, mas ressaltou que acredita que não há impedimento, ficando a cargo dos próprios municípios a destinação do uso dos recursos. A discussão se prolongou. <u>Assim, ficou acordado que os membros farão leitura dos documentos, apontando correções e o assunto será pautado na próxima reunião para posterior encaminhamento ao CIF.</u> Houve proposta da RAMBOLL de que os valores já liberados sejam disponibilizados para uso pelas prefeituras, que pleiteiam a contratação de recursos para manutenção dos funcionários e a assessoria técnica, houve ressalvas quanto a contratação de assessoria e suas especificidades, mas firmaram que a manutenção de pessoal é um pleito justo sendo viável seu atendimento. <u>A coordenação fez a proposta de que a CT se manifeste favorável a utilização dos recursos para contratação de pessoal de apoio</u> e quanto a contratação de assessoria sugeriu aguardar apresentação de documentos das prefeituras para posterior análise.</p>
<p><b>Solicitação de inversão de pauta:</b></p> <p>Solicitação da Fundação Renova para adiantar a discussão do item “8.a” Pesca e atividades aquícolas (PG16) para que a pauta seja contemplada. Deliberado.</p>	<p>Thiago Lapa e Camila Camilo, representantes da Fundação Renova apresentou a situação atual e a próximos passos das atividades pesqueiras, a íntegra da apresentação está disponível para consulta. Questionados sobre a agenda para apresentação nos territórios, responderam que assim que a agenda for fechada com a Secretaria de Agricultura e Pesca e os estados de MG e ES, todas as câmaras técnicas que discutem a temática pesca serão avisadas e será solicitada a participação. Foi perguntado como está a situação do <i>status</i> pesqueiro, considerando a proibição dos estados de MG e ES e ainda, se houve consulta à SEAPA, em resposta retornou um questionamento sobre o que o estado de MG está realizando através do Comitê Gestor em favor da pauta da pesca. Em relação a proibição dos estados para a pesca, ressaltou acontecem monitoramentos em pontos específicos que envolvem a área de prevenção e a liberação é função dos estados. O representante da SEAPA destacou que realizam diversos estudos para respaldar a orientação de liberação da prática da pesca. Sugeriu que seja revisado o conteúdo do documento a fim de diferenciar os dados de aqüicultura e pesca. A RAMBOLL solicitou que o plano de trabalho seja disponibilizado para acompanhamento e monitoramento das atividades. Ana Erler, representante da SEDES-ES, se mostrou contrária à inversão de pauta deve ser analisada, por entender que prejudica a construção das discussões, considerando que os agentes se programam conforme a agenda, criticou os dados apresentados que não se mostram em alinhamento com o PGs 18, 19 e 20, ressaltou que sentiu falta da matriz de fato, do diagnóstico da cadeia produtiva. E que a apresentação, depois de dois anos, do plano de ação prejudica a análise dos diagnósticos. A representante da Fundação Renova respondeu que há uma série de pontos a serem alinhados para que haja tratativas integradas e todas as informações prestadas são tratadas com responsabilidade. Representante do MAPA solicitou que os documentos sejam enviados com antecedência para conhecimento para que a discussão seja mais produtiva durante a reunião da CT. A coordenação informou que o pedido de inversão de pauta foi levado a votação, mas da próxima vez será avaliada o envio prévio dos documentos relativos à apresentação. Margareth Saraiva, representante da SEAMA, perguntou se está mantida a proposta da cartografia social. Camila, respondeu que sim, e além do trabalho de caracterização socioeconômica está sendo tratada a situação do pescador de fato. A representante da SEAMA ponderou que a atuação deve acontecer simultaneamente nos dois estados, num processo contínuo, considerando a importância desse trabalho ser desencadeado ao longo de toda a Baía.</p>
<p><b>Encaminhamento E35.2</b></p>	<p><b>A Fundação Renova deverá enviar a apresentação e as considerações da NT à coordenação da CT-EI.</b></p>
<p><b>Encaminhamento E35.3</b></p>	<p><b>A Fundação Renova, sempre que solicitar apresentação, deverá enviar com antecedência os documentos para a coordenação e demais membros da CT-EI para conhecimento.</b></p>

<b>Item 2. Inovação (PG15)</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>Item 2.a:</b> Apresentar os temas pertinentes para viabilização dos eixos/linhas não contemplados no projeto e quais são prioritários e devem ser mantidos e qual processo que será utilizado	Ana Cristina Lage, representante da Fundação Renova, apresentou o <i>status</i> das chamadas 9 e 10, a íntegra está disponível para consulta. O representante da RAMBOLL questionou se as contratações permanecem para esse ano, a representante da FR respondeu que a data prevista é 07/01/2020, nos dois estados. Ainda, em relação as linhas que não foram contempladas perguntou-se qual a ação tomada e se houve alternativas de seguir o cronograma de pesquisas só que não necessariamente via chamadas, assim explicou que as áreas que tinham necessidade de seguir com as pesquisas, a exemplo da pesca, seguiram por outros caminhos, porém foi avaliada a continuidade após o prazo contratual. O representante da FAPEMIG solicitou que não utilizem a terminologia de chamada universal, uma vez que entra em conflito com a nomenclatura usada pela FAPEMIG. E, questionou quais entraves para assinatura do convenio para a chamada 9, foi respondido que é o cronograma que conflita com o período de férias escolares, tanto da FAPES quanto a FAPEMIG, ressaltou que as atas vão seguir para avaliação do Conselho Curador e que a assinatura dos convênios tem a mesma previsão, 07/01/2020. A data de divulgação da chamara é até dia 02/10/2019 e a celebração dos convênios até 04/12/2019.
<b>Item 2.b:</b> Cronograma da chamada 09 e quando será contratada.	A apresentação foi contemplada na apresentação anterior, e restou o seguinte questionamento, como as informações da chamada 10 será compartilhada para todas a CTs. Em resposta, informou que há indicação d realização de seminários de avaliação dos resultados, a ser realizado pela FAPEMIG, com a participação das CTs. A RAMBOLL ponderou que a participação não seja voluntária, dada a relevância do tema, para ciência e construção. A FAPEMIG solicitou a apresentação do fluxograma para acompanhamento. <u>A representante da Fundação Renova solicitou fluxo de compartilhamento das informações deve incorporar o escopo da revisão do PG15.</u> Ainda, informou que o orçamento usado é do PG15.
<b>Item 2.c:</b> Cronograma de contratação para chamada 10.	A pauta foi contemplada na apresentação do item 2.a, a íntegra está disponível para consulta. Informou que o centro de custos é do programa da biodiversidade.
<b>Item 2.d:</b> Apresentar Fluxograma de compartilhamento das informações a serem utilizadas pela chamada 10 às CTs, em especial à CT-BIO.	Registra-se que, com relação ao compartilhamento gerado na biodiversidade, a equipe da Fundação Renova informou que vai retornar à área, na tentativa de estabelecer uma sistemática de apresentação dos resultados na próxima reunião ordinária da CT.
<b>Inclusão de item de pauta:</b> Reclamação acerca do atraso no envio dos vouchers para participação dos membros nas reuniões da CT	A coordenação informou que, dada a prática reiterada, será encaminhado ao CIF e à Fundação Renova. Ainda, houve duras críticas sobre a compra de passagens aéreas em cima da hora, e a alto custo, onerando o orçamento da CT. Visando dirimir o conflito no envio dos vouchers, o secretariado sugeriu que a solicitação de pedido de custeio seja encaminhada à Fundação Renova com antecedência maior, de 15(quinze) dias. A coordenação ressaltou que possíveis alterações e cancelamentos de demandas, até cinco dias antes do evento, não gera ônus para a CT.
<b>Inclusão de item de pauta:</b> Utilização do auditório da FAPEMIG para realização da próxima RO da CT-EI	Sobre a utilização do auditório da FAPEMIG para realização da 36ª reunião ordinária da CT, por ser em formato auditório, não foi aprovado pelos membros, assim ficou acordado que será avaliada a contratação de local em BH/MG.
<b>Encaminhamento E35.4:</b>	<b>A coordenação deverá formalizar, junto ao CIF, reclamação acerca no atraso no envio dos vouchers para participação dos membros nas reuniões da CT.</b>

Às doze horas e vinte minutos a reunião foi **suspensa para o almoço**, sendo retomada às treze horas e quarenta e cinco minutos. Iniciou-se a reunião com a pauta a seguir detalhada.

<b>Item 3. Ressarcimento dos gastos públicos extraordinários (PG 42)</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
	A coordenação contextualizou a demanda do PG42 e informou que o estado do Espírito Santo já enviou os formulários, mas ainda estão faltando alguns documentos, e o estado de Minas Gerais precisa avançar no fechamento. Solicitou que todos os documentos e formulários pendentes sejam enviados diretamente à Fundação Renova com cópia para a CT-EI. Afirmou a necessidade de fazer tratativas órgãos com órgão em Minas Gerais para agilizar o processo. Ainda ponderou que as

<p><b>Item 3.a:</b> Situação atual e próximos passos</p>	<p>horas trabalhadas é um ponto de divergência, mas devem ser contemplados, assim como tudo o que os representantes julgarem importante, devem ser levados a debate. O representante da RAMBOLL ponderou que quanto ao ressarcimento dos órgãos, não há questionamento, uma vez que há mais 99% dos valores, já executados pelos órgãos, foram pagos, mas quando a discussão é levada ao nível de ressarcimento dos municípios, há entendimento de descumprimento de deliberação por dois motivos, primeiro sobre o prazo para efetivação e a discussão sobre o termo de quitação. Ponderou a necessidade de fazer a correção de fazer o pagamento e as correções aos municípios. Houve grande discussão sobre a temática. Os representantes das prefeituras presentes, ponderaram que há dificuldade de fazer a sistemática dos gastos. A coordenação ressaltou que os municípios podem se manifestar por e-mail diretamente à coordenação sobre a real situação do ressarcimento. Sérgio Ferreira, representante da Fundação Renova, ponderou que segue a Deliberação 49 que propõe o início dos ressarcimentos aos órgãos e municípios. Lucas Silva, representante da FAPEMIG, questionou se a metodologia utilizada pelo INDI para estimar os gastos públicos dos municípios é válida para os órgãos estaduais e federais, a representante da FR respondeu que não, pois os valores estabelecidos são destacados no TTAC e os demais passam pela asseguarção da E&amp;Y. A discussão se prolongou, a íntegra está disponível para consulta. Margareth Saraiva ponderou que se deve fazer um processo de sistematização e encaminhar os documentos já recebidos ao CIF.</p>
--	--

<b>Item 4. Atividades Agropecuárias (PG 17)</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>Item 4.a:</b> Projeto Integrado dos Assentamentos (Intercâmaras)	A coordenação informou que o GT-AGROPEC discute a pauta do PG17 e que será encaminhada ao CIF formalização indicando a composição de membros, solicitando que entre na pauta do CIF como informes.
<b>Item 4.b:</b> Nota Técnica e Minuta de Deliberação	A coordenação informou que a NT está na pauta do GT-AGROPEC.
<b>Item 4.c:</b> Revisão da Cláusula 127 do TTAC	A coordenação destacou que a SEAPA fez as ponderações indicando os pontos de atenção sobre as intervenções em APP. A representante da SEDES registrou que fará contribuições aos estudos já realizados. A coordenação informou que a CT-FLOR encaminhou manifestação ao IAJ/CIF. Será elaborada NT da CT-EI e posteriormente, chamará a CT-FLOR para discussão da revisão.
<b>Item 4.d:</b> Formalização do GT AGROPEC.	O item já foi discutido nos informes gerais.
<b>Inclusão de Pauta:</b> Reivindicação da comissão de atingidos de Conselheiro Pena.	A representante dos produtores rurais de Conselheiro Pena cobrou posicionamento da Fundação Renova a respeito do fornecimento de silagem.
<b>Encaminhamento E35.5</b>	<b>A coordenação da CT-EI deverá enviar ofício à Fundação Renova para que informe sobre o fornecimento de silagem aos produtores rurais em geral.</b>
<b>Inclusão de Pauta:</b> Questionamento da Assessoria Técnica Rosa Fortini sobre o fornecimento de silagem ser estendido ao longo da calha.	O representante dos atingidos manifestaram a indignação de ver o gado perecendo por falta de fornecimento de silagem e ressaltou que todos os gastos com manutenção das criações são maiores do que o retorno da produção. A coordenação reiterou o posicionamento de cobrar resposta formal da Fundação Renova e não havendo contento dos atingidos será encaminhado ofício ao CIF para deliberação. Rodrigo Bruschi, representante da Fundação Renova, informou que o fornecimento de silagem é feito somente nas áreas onde estão com depósito de rejeito. Questionado sobre o fornecimento no período de seca, respondeu que foi entregue no período emergencial, supervisionado pela SAMARCO, sob o ponto de vista da retomada das atividades agropecuárias, entende que o mais importante é estabelecer condições para que o produtor torne a exercer as suas atividades em sua propriedade com características igual ou melhor do que antes. Ponderou que o fornecimento de silagem não é uma medida sustentável. É somente para as propriedades que tiveram depósito de rejeito nas propriedades rurais da calha.
	Gabriel, representante da Fundação Renova apresentou o item sugerido, informou que já tem 13 devolutivas e 05 Termos de Anuência já assinado, explicou o caminho percorrido até a finalização da Cartilha e do Termo de Anuência reforçou que o material é entregue por família e a assinatura não é imediata, tem um período de 07 a 15 dias para assinatura do termo de aceite, a íntegra está disponível para consulta. Helen, SEMAD, ponderou que a CT-GRSA enviou ao GAT, no dia 14 de

<p><b>Item 4.e:</b> Apresentação sobre interfaces do PASEA e Reassentamento.</p>	<p>agosto, contribuição à Cartilha e essas não foram acolhidas, o representante da FR informou que enviou a cartilha para 06 câmaras técnicas no dia 12 de junho e as considerações foram recebidas até 08 de agosto, assim a CT-GRSA enviou considerações posterior ao prazo acordado para recepção. A representante da SEMAD afirmou que, após a data informada pela FR, o GAT enviou e-mail ao sr. Gilberto, coordenador da CT-GRSA, cobrando considerações, por este motivo foi encaminhada no dia 14 de agosto. André Cintra considerou que desde maio/19 a CT-EI está trabalhando com a Cartilha, e questionou à representante da SEMAD, considerando os apontamentos da CT-GRSA, SEMAD se há entendimento de algum impeditivo que não possa ser ajustado <i>a posteriori</i>, pois há necessidade de avançar no processo iniciado pela CT-EI em maio/19, visando a retomada das atividades, Helen respondeu que os termos rejeitos não foram incluídos, e que a cartilha não passou por deliberação CIF. Camilla Nogueira, ponderou que o IBAMA trouxe a preocupação na pg.41, sobre os rejeitos, e que o Termo do PASEA não considera a retirada dos rejeitos caso os estudos mostrem favorável a isso. André Cintra lembrou a retomada das atividades <i>versus</i> princípio da precaução, que há necessidade de vários estudos que garantam a segurança no uso produtivo da terra e por outro lado a urgência da necessidade de retomada das atividades pela população, ponderou que qualquer questão relacionada à saúde, independente do conteúdo da cartilha, deve ser levada a diante, e isso é regido pelo princípio de direito à vida. Quanto à Deliberação CIF, ressaltou que o conceito do PASEA já está formado no sistema CIF dezembro de 2018 e o conceito de como deve ser implementado deve ser orientado pela câmara técnica, reforçou que se o entendimento seja lavar em deliberação ao CIF isso deve ser feito o mais breve possível. A discussão se prolongou, a íntegra está disponível para consulta. Margareth Saraiva ponderou que é válido ter um diálogo com a CT-GRSA para entender os pontos de precaução e qual a proposta de revisão à cartilha em relação a condicionalidade dos rejeitos. Gabriel, FR, reforçou que houve preocupação de levar a cartilha a todas as CTs que tem interface com a temática. A coordenação ponderou que o ponta já estava pacificado. Ana Vaz, Rosa Fortini, questionou se após o retorno da CT-GRSA será revista as devolutivas, a coordenação disse que havendo considerações é certo que o processo será revisto. André Cintra, ponderou que o ponto mais crítico é o termo de aceite, e destacou que este a qualquer momento pode e deve ser revisto. Em entendimento geral, foi acordado que o trabalho realizado até o momento deve ser considerado e aproveitado, havendo necessidade de retificação será feito material complementar. Ana Vaz, ponderou que o prazo para assinatura do aceite é curto, e a pressão é grande para que as famílias aceitem as condições, ainda falou que tem uma visão que o processo está melhorando, porém há necessidade ações que atendam a necessidade individual do produtor. Gabriel, FR, esclareceu que ainda não tem o contrato de prestação de serviço pronto, que o prazo para conclusão das obras será cumprido conforme estabelecido no termo de aceite, com relação ao prazo, esclareceu que já recebeu a informação e estão trabalhando com prazo de 15 dias.</p>
<p><b>Encaminhamento E35.6</b></p>	<p><b>A coordenação da CT-EI fará contato com a CT-GRSA para conhecimento das considerações à Cartilha do PASEA</b></p>
<p><b>Manifestação:</b> Margareth Saraiva trouxe complementação à discussão do <b>Escritório dos Prefeitos</b></p>	<p>Margareth, reforçou a reivindicação dos prefeitos que, inicialmente <u>acordam com o valor proposto, por este motivo solicitam que a CT-EI endosse o aceite ao acordo</u>, mesmo que o valor proposto esteja abaixo do solicitado, necessitam do repasse para subsídio do item 1 do ofício, e posteriormente a discussão quanto ao saldo remanescente será apresentado detalhamento para justificativa do valor teto, propondo ajustes na deliberação. Ponderou que não há alteração do valor final, assim solicitaram que posteriormente seja levado ao CIF para deliberação. Sérgio, FR, declarou que havendo necessidade de alteração radical na deliberação nº 153, a exemplo da solicitação de assessoria técnica, deveria passar pela aprovação das instancias de governança e pelas respectivas aprovações e o que está consolidado até o momento é a estruturação dos escritórios e a verba destinada ao funcionamento do local. Margareth Saraiva, ponderou que não há alteração do pedido final, o pedido é que aprove o valor global e o detalhamento será encaminhada posteriormente a realização de remanejamento da utilização das verbas. Sérgio, FR, reforçou que se há alteração na justificativa do repasse deve passar pelo ciclo de aprovação. Ponderou se não há alteração de valor pode-se conversar. Foi levantado alteração no encaminhamento anterior que, por entendimento, seria aprovar somente a verba indicada no item 1 do ofício e neste momento, em atendimento à manifestação da representante da SEAMA, considera-se a provação do valor global e, após a provação, os representantes do escritório dos prefeitos farão adequação e encaminharão detalhamento do destino do uso das verba, levado à votação, aprovado.</p>

<b>Encaminhamento E35.7</b>	<b>Considerando que não há alteração no valor solicitado inicialmente pelo escritório de prefeitos, a coordenação deverá manifestar favorável à liberação total da verba.</b>
-----------------------------	---

<b>Item 6. Recuperação de Micro e Pequenos Negócios (PG 19)</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
Nota Técnica e Minuta de Deliberação.	A coordenação informou que a base das NTs 18, 19 e 20 foram elaboradas em reunião realizada no dia 25 de setembro em parceria pela SEDESE, SEDES, IJSN, RAMBOLL ADERES e SETADES. Ana Eler, SEDES, fez um breve relato da construção da NT e listou os encaminhamentos. A íntegra está disponível para consulta. André Cintra, RAMBOLL, ponderou que nesse momento há necessidade de contribuição da FR, para que as adequações sejam feitas para seguimento de deliberação. <u>A NT do PG 19 foi levada à votação, aprovada por unanimidade.</u> A NT aprovada será encaminhada à Deliberação.
<b>Encaminhamento E35.8</b>	<b>A coordenação deverá encaminhar à Fundação Renova a NT do PG19 para contribuição e adequação e posteriormente será remetida ao CIF para deliberação.</b>
<b>Encaminhamento E35.9</b>	<b>A Fundação Renova deverá responder ao encaminhamento E.35.8 em 30 dias.</b>
<b>Manifestação:</b> Sérgio Ferreira, FR, informou que não receberam as NTs em tempo de trazer as considerações, e considerando que o CIF está em processo de revisão dos escopos dos programas questionou se serão encaminhadas ao CIF à deliberação com a indicação de cumpra-se ou se haverá indicação para parecer e/ou contribuição da FR.	Camilla Nogueira esclareceu que as NTs vêm seguindo a orientação da revisão, esses programas estão minimamente aprovados, assim propôs a realização de <i>workshop</i> com a contribuição dos atores que acrescentem e se complementem. Sérgio, FR, se mostrou preocupado em não ter tempo hábil para manifestação. Renato, MAPA, ponderou que haverá tempo para manifestação.

<b>Item 7. Estímulo à Contratação Local (PG 20)</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
Nota Técnica e Minuta de Deliberação.	Adriana Carvalho, SEDESE, apresentou os itens de maior relevância e encaminhamentos da NT do PG20 a íntegra está disponível para consulta. Ressaltou que encaminhará ajustes à NT até o dia 04/10. Sérgio Ferreira, FR, questionou se a NT analisou o documento de definição do PG ou somente o relatório executivo do programa. A representante da SEDESE afirmou que os dois documentos foram analisados e reforçou que o encaminhamento à deliberação deve aguardar o envio da última versão da NT.
<b>Encaminhamento E35.19</b>	<b>A NT do PG20 será encaminhada ao CIF para deliberação e manifestação da FR.</b>
<b>Manifestação</b>	<b>Levantou-se o questionamento se possível questionamento de contestação da FR sobre a composição das NTs dos PGs 19 e 20 que serão levados à Deliberação no CIF, acordaram que a manifestação da FR será diretamente ao CIF.</b>

Finalmente, André Serretti, coordenador da CT-EI agradeceu a presença de todos e informou que, considerando o prolongar das discussões, restou prejudicada a discussão dos demais itens de pauta, assim entrarão automaticamente na próxima reunião ordinária. Ainda, a data da próxima RO será alterado para o dia 30/10, considerando que dia 28/10 é feriado e a realização do GT-AGROPEC é realizado um dia anterior a reunião da CT. **A 35ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Economia e Inovação encerrou-se às dezoito horas e quinze minutos do primeiro dia do mês de outubro de 2019.**

**ATA APROVADA DIA 8/1/2020, NA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO**



**ANDRÉ SERRETTI**  
COORDENADOR DA CT-EI